

AS FORMAS DO SILÊNCIO NO LIVRO DIDÁTICO: DA AUTORIA AO ARQUIVO*

THE FORMS OF SILENCE IN THE TEXTBOOK: FROM AUTHORSHIP TO THE ARCHIVE

Andreia Nascimento Carmo 1

Resumo: Neste trabalho, apresentamos uma síntese da nossa pesquisa de doutorado que vem sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGL/UFNT) - campus de Araguaína. Em nossa investigação, visamos analisar os recortes apagados dos textos advindos de fontes publicitárias que estão assentados nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio e, que versam sobre certas discursividades acerca de temáticas político-sociais. Por conseguinte, propomos uma averiguação das implicações da autoria do livro didático para a constituição deste objeto simbólico como arquivo. Para tanto, tomamos como aporte teórico-metodológico a Análise de Discurso de orientação pecheuxiana (AD), para mobilizarmos alguns conceitos como a noção de silêncio preconizada por Eni Orlandi (2007), a fim de refletirmos, principalmente, sobre uma de suas categorias: o silenciamento, que da nossa perspectiva teórica, é parte constitutiva do arquivo dos livros didáticos.

Palavras-chave: Autoria. Silenciamento. Arquivo. Livro Didático.

Abstract: In this work, we present a synthesis of our doctoral research that has been carried out in the Post-Graduate Program in Letters: Teaching of Language and Literature at the Federal University of North Tocantins (PPGL/UFNT) - Araguaína campus. In our investigation, we aim to analyze the deleted clippings of texts coming from advertising sources that are based in Portuguese language textbooks for high school and that deal with certain discourses on political-social themes. Therefore, we propose an investigation of the implications of textbook authorship for the constitution of this symbolic object as an archive. For this purpose, we used the Pecheuxian Discourse Analysis (DA) as theoretical and methodological support, to mobilize some concepts such as the notion of silence advocated by Eni Orlandi (2007 [1992]), in order to reflect, mainly, on one of its categories: silencing, which from our theoretical perspective, is a constitutive part of the textbook archive.

Keywords: Authorship. Silence. Archive. Textbook.

Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). 1
Mestrado em Ensino Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora pela SEDUC/TO.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8494254620477655>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7627-4911>.
E-mail: dreiancn@gmail.com

*Este trabalho refere-se à tese de doutorado intitulada (provisoriamente) "Gestos de leitura e silenciamento: autoria e arquivo no livro didático" sob a orientação do professor Dr. João de Deus Leite.

Introdução

No presente artigo, abordamos questões concernentes ao apagamento de recortes dos textos advindos de fontes publicitárias e (re)acomodados no âmbito do livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio, tendo em vista a perspectiva teórica da Análise de Discurso de base pecheuxtiana. Nessa medida, relacionamos a questão da autoria a um movimento de silenciamento na produção de sentidos, de modo a considerar as suas implicações para a produção daquilo que deve ou não deve estar inscrito no arquivo constitutivo do livro didático. Assim, objetivamos sintetizar, neste trabalho, a nossa pesquisa referente à tese de doutorado, ainda em andamento, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGL/UFNT) - *campus* de Araguaína.

Em nossa investigação, compreendemos que o livro didático de Língua Portuguesa assume um papel valoroso no processo de ensino-aprendizagem no Brasil. Dessa maneira, destacamos a relevância de se desenvolver pesquisas direcionadas para esse objeto simbólico em que circulam textos importantes para a educação e para a formação de cidadãos e de cidadãs brasileiros. Nesse sentido, propomos lançar um olhar para os textos que circulam no(s) livro(s) didático(s) utilizados na educação básica das escolas públicas do estado do Tocantins.

Em nosso recorte, interessamo-nos pelos textos advindos de fontes publicitárias, mais especificamente, por reportagens que versam sobre discursividades político-sociais, que abrem vias para a dispersão dos sentidos, a saber: violência contra a mulher; homofobia; machismo, entre outras. Dito de outro modo, buscamos investigar discursividades voltadas para a possibilidade de produção de sentidos para diferentes direções. Para tanto, ressaltamos que estamos considerando a autoria como um efeito ideológico que gera implicações na constituição do arquivo do livro didático.

Pelo dispositivo teórico-metodológico que nos ampara, consideramos o texto como materialidade que dá suporte ao discurso (INDURSKY, 2011). Compreendemos, ainda, o texto como toda linguagem em que se pode, a partir dela, produzir sentido, isto é, uma sequência discursiva para além dos aspectos linguísticos. Deslocando uma das noções de discurso elaboradas por Pêcheux (2014 [1969]), em nossa pesquisa, concebemos o texto como um conjunto de sentidos possíveis a partir das condições de produção definidas. Essa compreensão nos permite entender que nas relações de produção de sentidos, importam os lugares sociais ocupados pelos interlocutores, em conjunto com a situação enunciativa e a memória discursiva. Vale ressaltar, que essas relações são ideologicamente imaginárias.

Em consonância com esses apontamentos, afirmamos, juntamente com Orlandi (2007), que em todo dizer há um não dizer necessário. Essa noção toca a nossa proposta de investigação, bem como circunstancia a nossa motivação para o desenvolvimento do nosso trabalho: sempre que dizemos, também silenciemos algo. Sendo assim, tendo em vista a perspectiva discursiva, interessa-nos analisar os recortes apagados das reportagens oriundas de fontes publicitárias, na medida em que essas reportagens são reacomodadas no livro didático de Língua Portuguesa. Nessa esteira, também propomos averiguar o modo como a questão da autoria do livro didático repercute no movimento (silenciamento) de sentidos, a partir do apagamento de certos recortes na instituição do arquivo constitutivo do livro didático.

Nesse sentido, sobrepondo-se ao condensamento de conteúdos compilados, aventamos a hipótese de que os recortes apagados das reportagens reacomodadas nos livros didáticos estão inscritos em um atravessamento ideológico pré-consciente. Isto é, permite-se a emissão de determinados dizeres em detrimento de outros também possíveis, mas que em dadas condições de produção não são autorizados. E, mais: esse atravessamento é heterogêneo, tendo em vista que há em toda interlocução certa projeção antecipada dos receptores, no caso do livro didático, são muitos os interlocutores. Em uma visão ampla, podemos destacar o Estado, a família, a escola, as editoras, os movimentos sociais.

Para endossar esses apontamentos, trazemos um excerto de Pêcheux (2014 [1969], p. 83), em que o autor salienta que “todo processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se funda a estratégia do discurso”. É dessa forma que estamos ponderando, em nossa tese e, no âmbito deste artigo, o efeito-autoria na constituição do arquivo do livro didático. Dito de outra maneira, estamos pensando

o efeito-autoria do livro didático como um processo discursivo em que do lugar discursivo de autor, antecipa-se os diversos interlocutores desse objeto simbólico (livro didático), na medida em que se propõe circundar múltiplas vozes conflitantes. Vale ressaltar que os processos discursivos são instituídos na ordem da constituição, da formulação e da circulação do discurso.

Dessa maneira, compreendemos que no jogo discursivo entre o dito e o não dito, engendra-se um efeito de legitimação dos saberes, isto é, a partir do processo de autoria do livro didático promove-se uma leitura homogênea pré-estabelecida sócio-histórico-ideologicamente, regulada pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Sendo assim, concebemos que essa leitura é estabelecida de modo que as múltiplas vozes dos interlocutores não sejam diretamente confrontadas. Nessa mesma direção, é relevante lembrar a configuração do livro didático como um produto vendável. Assim, torna-se necessário “negociar” com essas vozes, na medida daquilo que lhes é permitido em suas divergências, a fim de que o livro didático seja aprovado para a circulação em sala de aula.

A partir dessa compreensão, lançamos alguns questionamentos para problematização, a saber: em que medida o efeito-autoria produz um movimento em que se impõe o apagamento e o silenciamento de sentidos a partir da reacomodação das reportagens no livro didático de Língua Portuguesa? Em que medida os recortes apagados das reportagens reacomodadas, no âmbito do livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio, deixam entrever processos de filiação de sentidos proibidos pelos aparelhos ideológicos de Estado? E, ainda: como o efeito-autoria se dá diante desses apagamentos, tendo em vista a proibição de certos dizeres por determinadas instituições?

Dessa forma, considerando o que estamos circunscrevendo sobre o livro didático, o objetivo geral da nossa pesquisa é problematizar e analisar o funcionamento discursivo do apagamento e do silenciamento de sentidos, a partir dos recortes apagados das reportagens, na circunstância de reacomodação desses textos no/pelo livro didático de Língua Portuguesa, relacionando-o à questão da autoria. E, mais: propomos olhar para o livro didático como um objeto simbólico constituído como arquivo, na medida em que ele reúne textos pertinentes sobre diversas temáticas.

Sendo assim, buscamos apresentar e problematizar quais sentidos podem estar sendo silenciados por esse apagamento. Com efeito, compreendemos que o dizer se faz a partir da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas (FD), as quais estabelecem aquilo que pode/deve e aquilo que não pode/não deve ser dito (PÊCHEUX, 2014 [1975]). Na esteira discursiva, ressaltamos que o sujeito é atravessado ideologicamente, isto é, o indivíduo é interpelado em sujeito do discurso “pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 150), esta, por sua vez, representa no dizer, as formações ideológicas. Isso nos permite salientarmos, que o dizer só é possível a partir das formações ideológicas em que o sujeito está filiado.

A partir dessa incursão primeira que realizamos, com o intuito de caucionar o nosso trabalho, mobilizamos algumas noções fundamentais para a nossa análise, tais como a noção de sujeito, forma-sujeito, formação discursiva, silêncio, bem como outras categorias teórico-analíticas da Análise de Discurso de orientação pecheuxtiana. Observamos que a compreensão desses conceitos é fundamental para o entendimento da noção do efeito-autoria e suas implicações para a instituição do arquivo. Assim, procuramos compreender o silenciamento de sentidos, correlacionando-o à autoria e à constituição do arquivo do livro didático de Língua Portuguesa.

Autoria, silenciamento e arquivo pela teoria da Análise de Discurso

Como já salientamos, a nossa pesquisa está ancorada teórico e metodologicamente na Análise de Discurso pecheuxtiana. Por essa perspectiva, iniciamos o nosso recorte conceitual, pensando a noção de sujeito, a qual está para a ordem da tomada de posição discursiva, isto é, de maneira sintetizada, ser sujeito é tomar partido pelos enunciados. Esse processo torna-se possível quando o sujeito está inscrito em formações discursivas, que representam as formações ideológicas. Dito de outra maneira, pelo viés discursivo, o indivíduo é interpelado em

sujeito ideologicamente.

Para endossar as nossas considerações, apresentamos um excerto de Pêcheux (2014 [1975]) em que ele aborda a questão do sujeito e sua articulação com a ideologia. Vejamos, a seguir os apontamentos ressaltados pelo referido autor: “diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 147, grifo do autor). A partir desse entendimento, considerando o efeito ideológico constitutivo do sujeito, ressaltamos que essa interpelação de indivíduos em “sujeitos-falantes” ocorre pelo inconsciente.

Importa-nos destacar que esse fato institui a ilusão do sujeito em dois domínios, a saber: 1- ser a origem do dizer; 2- poder controlar o dizer. Nessa medida, as formações discursivas se configuram como aquilo que em uma formação ideológica dada determinam o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2014 [1975]). Cabe ressaltar que as formações discursivas são reguladas pela memória discursiva. Segundo Indursky (2011), a memória discursiva diz respeito aos enunciados inscritos em dadas formações discursivas, ou seja, relaciona-se aos sentidos autorizados pela forma-sujeito dominante.

Por conseguinte, destacamos, ainda, que as formações discursivas denegam certos sentidos, isto é, elas também não autorizam determinados sentidos possíveis, porém, desautorizados pela conjuntura social, visto que, a produção de sentidos ocorre no interior das práticas discursivas estruturadas pelos aparelhos ideológicos de Estado. Nesse sentido, ressaltamos a escola como aparelho ideológico, que “assumiu a posição *dominante* nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica” e como “todos os aparelhos ideológicos de Estado”, concorre para reprodução “das relações de exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1985 [1969] p. 77-78, grifo do autor).

Sendo assim, interessa-nos acentuar que os saberes disponibilizados pela escola são reproduzidos no âmbito das práticas sociais desenvolvidas no interior de uma formação social capitalista. Nesse sentido, a escola se configura como lugar de aprendizagem de saberes universalizados demarcados pela ideologia da classe dominante. Dessa maneira, o espaço escolar surge como a representação de “neutralidade ideológica”, que conduz o conhecimento sem “tomar partido”. Paradoxalmente, esse funcionamento só é possível pela ideologia.

Em conjunção a esses apontamentos, ressaltamos que a constituição do sujeito do discurso ocorre a partir da sua identificação com uma formação discursiva que o domina, sob o viés da forma-sujeito. Sendo assim, é pela ideologia que se torna possível a evidência de sentidos, o saber legitimado. Este saber é suportado pela forma-sujeito, visto que, esta é uma forma histórica em que se inscrevem os conhecimentos e, portanto, a ideia de que os sentidos são evidentes (PÊCHEUX, 2014 [1975]). Dessa maneira, compreendemos que se ser sujeito é tomar posição, e, assim, ocupar um lugar discursivo, essa tomada de posição é definida pelas formações ideológicas, que por sua vez são representadas pelas formações discursivas, com uma dominante, sob a qual regula-se a forma-sujeito.

Dito isso, salientamos que as formações discursivas constituem, ainda, o interdiscurso. Com base nas teorizações de Pêcheux (2014 [1975], p. 149), o interdiscurso é “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”, algo que fala “sempre ‘antes, em outro lugar independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. A partir dessas formulações, compreendemos que o interdiscurso representa tudo o que já foi dito. À vista disso, fazemos alusão à perspectiva defendida por Indursky (2011, p. 88, grifo da autora), quando a autora nos esclarece que “o interdiscurso abarca a *memória discursiva* referente ao complexo de todas as FD. Ou seja, a memória que o interdiscurso compreende é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte, saturada”.

A partir da compreensão de que o interdiscurso abarca tudo o que já foi dito, mesmo o que é proibido em determinadas formações discursivas, salientamos que é pela memória discursiva que retorna aquilo que foi dito e esquecido. Em outras palavras, o sujeito “aciona” pela memória discursiva, os dizeres que estão inscritos no interdiscurso. No entanto, não é tudo que está lá (no interdiscurso) que pode ser dito, mas apenas o que é permitido em dadas condições de produção específicas. Assim, ressaltamos que as condições de produção abran-

gem os aparelhos ideológicos, a relação de forças, o sujeito (lugar social), a memória discursiva e a historicidade.

Retomando a questão da tomada de posição, em que o sujeito toma partido pelo enunciado, recobramos que tomar posição é interpretar. E, interpretar é produzir sentidos. Por certo, a produção de sentidos é estabelecida ideologicamente. Desse modo, a produção de determinados sentidos sucede, sempre, em detrimento de outros sentidos que também são dizíveis, mas que, por uma relação de forças, não foram permitidos. Nessa medida, valemo-nos das considerações de Orlandi (2007) acerca da noção de silêncio, o que nos permite articular com o que estamos problematizando sobre o apagamento e o silenciamento de sentidos na recomodação das reportagens estudadas, na instância do processo de autoria do livro didático de Língua Portuguesa.

Orlandi (2007) nos esclarece que o silêncio pode ser dividido em dois grupos, a saber: o silêncio fundador e a política do silêncio. Por ora, interessamo-nos pela política do silêncio (silenciamento), que a referida autora subdivide em duas formas: “a) o constitutivo (todo dizer cala algum sentido necessariamente); e b) o local (a censura)” (ORLANDI, 2007, p.102). Nesse sentido, concebemos o silenciamento como a interdição de certos dizeres para não se deixar produzir determinados sentidos. Ainda segundo Orlandi (2007, p. 102), o silêncio não se trata da ausência de palavras, “mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído”.

Nessa esteira, a autora ainda destaca que a censura “é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2007, p.102). Dessa forma, é pela censura que o sujeito é impedido de formular certos dizeres possíveis, mas que estão impedidos de serem produzidos devido às circunstâncias de enunciação. Ou seja, o dizível é proibido em razão das condições de produção estabelecidas social, política e historicamente. Desse modo, salientamos, mais uma vez, que aquilo que é silenciado também é possível de ser dito, porém, pelo jogo de relação de forças, está desautorizado em situações específicas.

Nessa perspectiva, é dessa forma que (não) se permite que o sujeito se identifique com alguns espaços do dizer. Dito de outro modo, o sujeito, do lugar social que ele representa, no caso da nossa pesquisa, o sujeito-autor, posiciona-se a partir do conjunto de formações discursivas em que ele está inscrito e, que definem o que se pode dizer e também o que não se pode dizer. Sendo assim, consideramos que no processo de autoria, instala-se um efeito de leitura homogênea, legitimada, isso implica mencionar “verdadeira”. Nesse sentido, concebemos o trabalho autoral na constituição do arquivo, como uma tarefa regularizada institucionalmente pelos aparelhos ideológicos.

Dessa maneira, de acordo com Pêcheux (2014 [1982]) e Orlandi (2003), concebemos o arquivo como uma “memória institucionalizada”, um modo de “estabilização de sentidos”. Assim, compreendemos que no arquivo, o direcionamento de sentidos estabelecidos a partir daquilo que foi dito é legitimado pela relação de forças ideológicas representadas pelas formações discursivas dominantes. Ou seja, o arquivo organiza a propagação dos sentidos para certa direção, em função de se instalar uma memória coletiva regularizada pelas instituições sociais de poder.

Silêncio, efeito-autoria e o arquivo do livro didático de Língua Portuguesa

Em face do que viemos circunstanciando acerca do nosso recorte conceitual, como já mencionamos, também direcionamos o nosso olhar para a questão da autoria, considerando a noção de silenciamento destacada anteriormente, e a instituição do arquivo constitutivo do livro didático de Língua Portuguesa. No decorrer das nossas investigações, viemos compreendendo que no imaginário social, o autor assume o lugar na origem do dizer, produtor de determinados sentidos e regulador do que diz. No entanto, em nossa pesquisa, estamos considerando a autoria como um efeito de práticas discursivas instauradas no interior de instituições públicas e privadas, como a Igreja, a escola, a família, o Estado. Isto é, a autoria é um efeito regulamentado pelos aparelhos ideológicos de Estado.

A partir dessas considerações, concebemos o efeito-autoria instituído na ilusão neces-

sária da regularização do dizer e, conseqüentemente, dos sentidos. Assim, retomamos uma das questões que problematizamos na introdução deste trabalho, a saber: em que medida o efeito-autoria produz um movimento em que se impõe o apagamento e o silenciamento de sentidos a partir da reacomodação das reportagens no livro didático de Língua Portuguesa? A partir dessa indagação, e considerando o nosso aporte teórico-metodológico, compreendemos que o apagamento de determinados recortes recobre dizeres que não estão permitidos no espaço do livro didático, tendo em vista a diversidade de vozes articuladas entre seus interlocutores e o seu principal público alvo: crianças e jovens.

Na mesma esteira, consideramos que a escolha de determinados recortes em detrimento de outros, se dá na medida em que as discursividades que versam sobre certas temáticas político-sociais podem instaurar a desidentificação do sujeito com determinadas formações discursivas filiadas aos sentidos autorizados pelos AIE. Sendo assim, consideramos que o efeito-autoria é instituído pelo viés da filiação ideológica regulada pelas formações discursivas com uma dominante. Desse modo, na ilusão necessária de “proprietário” do dizer, o autor realiza um trabalho de apagamento no discurso, pelo qual silencia sentidos refutados pelos aparelhos de controle social (instituições sociais – AIE).

Com base nesses apontamentos que estamos circunscrevendo sobre a noção de autoria e a sua relação com o silenciamento de sentidos, compreendemos a constituição do arquivo do livro didático como um espaço de memória institucionalizada, que (re)direciona os sentidos. Cabe ressaltar que o trabalho de autoria do livro didático está conduzido para certo anonimato. Tendo em vista que hoje há exemplares “assinados” pela própria editora, como uma obra coletiva. Ademais, em geral, os olhares direcionados para os livros didáticos estão na ordem daquilo que compõem o seu arquivo: o conteúdo disponibilizado para o trabalho em sala de aula. Sendo assim, esse fato, endossa a nossa assertiva de que há uma produção regulada do conhecimento. Nesse sentido, compreendemos a autoria do livro didático, juntamente com Souza (1999), da seguinte maneira:

A autoria do livro didático está associada, predominantemente, ao sujeito escritor, considerado autor desde que sua autoridade seja legitimada pela editora que o valida. Trata-se da força do aparato editorial a serviço do aparelho ideológico escolar enquanto um aparelho ideológico do estado. (SOUZA, 1999, p. 28).

De acordo com o excerto recém apresentado o livro didático possui certa autoridade legitimada institucionalmente, de modo que ao autor imputa-se o papel de (re)organizador de conteúdos diversos. Sendo assim, esses conteúdos sempre passarão por uma avaliação, visto que o livro didático é objeto simbólico, e, também, é um produto comercial. Desse modo, considerando que ele possui um caráter de autoridade legitimado, o livro didático deve atender padrões de ordem ideológica. Souza (1999, p. 27) salienta que essa legitimação está “na crença de que ele é depositário de um saber a ser decifrado, pois supõe-se que o livro didático contenha uma verdade sacramentada a ser transmitida e compartilhada”.

Por essa perspectiva, consideramos que os saberes apresentados no âmbito do livro didático estão direcionados para certa totalidade, agregando a noção de completude à linguagem e, conseqüentemente, a ideia de plenitude aos sentidos. Orlandi (2007, p. 56, grifo da autora) nos esclarece que “trabalhar com a noção de completude”, é um modo de aproximação do silêncio. Isto é, a ideia de completude surge como um modo de não se deixar dizer algo em favor daquilo que se deseja mostrar; apaga-se o que não pode ser dito em uma dada conjuntura.

No Brasil, de maneira geral, o livro didático é utilizado como o principal instrumento pedagógico pelos professores das instituições escolares públicas estaduais e municipais. De acordo com Carmagnani (1999, p. 127), “o livro didático ainda é a fonte mais utilizada na escola e, em muitos contextos, a única fonte de acesso ao ‘saber institucionalizado’ de que dispõem professores e alunos”. Essa premissa abre vias para apreendermos que ele se torna o material indispensável para a promoção do ensino nas escolas da educação básica. Nesse sentido, a

concepção do livro didático como um manual, um guia das aulas, de certo modo, justifica o interesse pelos conteúdos que instituem o seu arquivo.

Ao tratar do arquivo, Pêcheux (2014 [1982], p. 59) o concebe como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Sendo assim, ancoramo-nos, mais uma vez, nas teorizações do autor, na medida em que entendemos o arquivo como instrumento de circulação de textos importantes sobre diversos assuntos. Ainda de acordo com Pêcheux (2014 [1982], p. 59,), o arquivo pode ser concebido como “um espaço polêmico das maneiras de ler”. Nessa perspectiva, importa-nos destacar que o arquivo deve ser considerado, também, pela sua opacidade.

O arquivo também pode ser entendido como um modo de constituição da memória histórica de uma sociedade (PÊCHEUX, 2014 [1982]). Dessa maneira, ressaltamos que há na instituição dessa memória, uma atividade de leitura demarcada por um atravessamento ideológico. Nessa circunscrição, compreendemos que nas relações sociais de uso da linguagem há certo direcionamento para a produção de sentidos consolidados sócio-historicamente. Essa compreensão nos permite salientar que na instância das instituições sociais de poder, a memória histórica não deixa que determinados sentidos sejam produzidos, pelo benefício a outros sentidos desejáveis para condições de produção específicas.

Com efeito, acentuamos que “o arquivo nunca é dado a priori, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p.170). O arquivo é instaurado socialmente. Portanto, mais do que um número de textos em conjunto, ele representa uma leitura entre as múltiplas possibilidades de se ler. Em outras palavras, o arquivo, no caso da nossa pesquisa, o arquivo constitutivo do livro didático, institui o conhecimento que deve ser “ensinado”.

Frente às nossas considerações precedentes, para a realização da nossa pesquisa, filiamo-nos ao procedimento metodológico bibliográfico e documental, na medida em que exploraremos tanto fontes científicas como dados oficiais, que versam sobre os livros didáticos, como os textos que neles estão reacomodados. Nessa esteira, Leite (2008, p. 47) esclarece que “a pesquisa bibliográfica é fundamental, pois além de ser autônoma, (...), serve de base, de alicerce para o fundamento e alcance dos objetivos de outros tipos de pesquisa”.

Desse modo, a partir do nosso levantamento bibliográfico, faremos leituras seletivas, centrando-nos àquelas que julgamos mais importantes para a nossa investigação. Para além disso, nossa pesquisa também se caracteriza como pesquisa documental, tendo em vista que concebemos o livro didático de Língua Portuguesa do ensino médio como objeto simbólico, pelo qual analisaremos discursivamente os recortes oriundos de reportagens que versam sobre discursividades político-sociais, mas que foram apagadas no âmbito do livro didático. A respeito da pesquisa documental Leite (2008) esclarece o seguinte:

Esse tipo de pesquisa é usado comumente e especificamente para colher dados e informações importantes na descrição de fatos ocorridos, de usos e costumes de povos, grupos e indivíduos, ou na apresentação do que foi descrito em documentos literários, científicos e culturais em geral (LEITE, 2008, p. 53).

É por esse direcionamento que estamos considerando a nossa investigação: partindo do documento de arquivo, o livro didático de Língua Portuguesa, bem como outros documentos, tais como editais de seleção/regulação institucionais e leis educacionais, para finalmente traçarmos gestos de leitura sobre os recortes que foram apagados do “texto fonte”, oriundo de uma prática discursiva primeira (formação discursiva jornalística) e reacomodado em outra prática discursiva (formação discursiva pedagógica). Dessa maneira, abordamos o livro didático como uma materialidade que carrega múltiplas significações. À vista disso, atentamos para a questão da autoria e seus efeitos para a constituição do arquivo desse objeto simbólico. Assim, observamos, principalmente, aquilo que foi apagado nesse processo de reacomodação, a fim de examinarmos as possíveis hipóteses para esse apagamento.

Considerações Finais

No decorrer deste artigo, procuramos mostrar, ainda que de modo sintetizado, as bases da nossa pesquisa de doutorado que vem sendo realizada pelo PPGL da UNFT. Em nossa investigação interessamo-nos em examinar os recortes apagados das reportagens que estão assentadas nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Tendo em vista que as leituras feitas a partir do livro didático estão mais para a ordem da homogeneização, interessamo-nos por aquelas reportagens que tratam de discursividades sobre temáticas político-sociais que tendem a se direcionar para a dispersão dos sentidos. Por conseguinte, importa-nos averiguar as implicações do efeito de autoria para a constituição do arquivo do livro didático.

Para redizermos da perspectiva teórica a que nos filiamos, com base na perspectiva discursiva materialista, consideramos que a linguagem é opaca, portanto, é passível de equívoco. Nessa esteira, a compreensão de que a opacidade é constitutiva do arquivo nos permite dar visibilidade à heterogeneidade de sentidos possíveis, ainda que saibamos que na composição de um arquivo, instauram-se regularidades de sentido. Isto é, estabelece-se uma memória institucionalizada, porém, os sentidos ainda podem ser outros. Dito de outro modo, elege-se determinados conhecimentos em prejuízo de outros, mas esses, também são suscetíveis de ser produzidos em outras condições de produção específicas.

A regularização do conhecimento sucede a partir dos aparelhos ideológicos de Estado. Nesse sentido, recobramos que em toda prática social, os dizeres são atravessados ideologicamente, visto que, a formações discursivas, determinantes do dizer e do não dizer, representam pela linguagem, as formações ideológicas. Assim sendo, retomamos a visão pecheuxtiana acerca da noção de sujeito – interpelado pela ideologia, inscrito em determinadas formações discursivas, posicionado em determinado lugar social. Por essa perspectiva, direcionando-nos para um dos focos deste trabalho, destacamos, mais uma vez, a questão da autoria como um efeito ideológico.

Dessa maneira, compreendemos que o sujeito, ao assumir o lugar de autor, toma partido pela palavra, na ilusão necessária de ser a origem do que diz e, ainda, poder controlar esse dizer, de modo a instituir um efeito de homogeneização dos sentidos. Vale lembrar, que entre os sentidos legitimados prevalece aqueles representantes das vozes inscritas na formação discursiva dominante. Em outras palavras, os sentidos produzidos a partir dos textos acomodados no livro didático devem ser autorizados no interior dos aparelhos ideológicos de Estado. Isto é, pelos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), pelo Estado, pela família, pela escola, pelos movimentos sociais. Tendo em vista que essa autorização resulta na circulação do livro didático, um objeto simbólico e, produto do capitalismo.

É no âmbito dessa produção que os dizeres não autorizados são apagados, a fim de se silenciar determinados sentidos não permitidos em dada situação conjuntural. Importa-nos destacar, ainda, que no silenciamento dos sentidos desautorizados, estes estão lá, ressoando entre as palavras ditas. Nesse sentido, lembramos que o silêncio instala a heterogeneidade no dizer. É dessa maneira que entendemos que o sentido sempre pode ser outro. Em virtude de que, como já mencionamos, o silêncio não é o implícito, mas aquilo que não se quer deixar dizer, pela relação de forças, em condições de produção específicas.

Via de regra, ao professor cabe saber lidar com os conteúdos autorizados na instituição do arquivo do livro didático. Em relação aos alunos, estes devem apresentar suas habilidades de leitura e escrita em uma compreensão muito próxima, quiçá, igual às interpretações mostradas no/pelo livro didático direcionado especificamente ao professor. Dessa maneira, essas interpretações são respostas delineadas de forma que representam certa transparência e homogeneidade de sentidos. Nesse sentido, os conhecimentos apresentados no livro didático com a ideia de integralidade, de saber universal, representam uma forma de estar no silêncio, que está refletida pela maneira como os sentidos são produzidos.

Referências

ALTHUSSER, Lous. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 [1969].

CARMAGNANI, Anna Maria G. A concepção de Professor e de Aluno no Livro Didático e o ensino de Redação em LM e LE. In: CORACINI, Maria José (org.). **Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni et al (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

INDURSKY, Freda. 2011. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado da Letras, p. 67-89.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

ORLANDI, Eni. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/ Unicamp, 2003.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni et al (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014 [1982].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5.ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1969]. p. 59-158.

SOUZA, Deusa Maria de. Autoridade, Autoria e Livro Didático. In: CORACINI, Maria José (Org.). **Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Recebido em: 11 de junho de 2021.

Aceito em: 27 de outubro de 2021.